

# Adusp

INFORMATIVO

Associação dos Docentes

Universidade de São Paulo

Seção Sindical da Andes-SN

## Adusp participa do Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa

**E**m reunião realizada em 3/8, o Conselho de Representantes decidiu pela participação da Adusp no Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa que ocorrerá na primeira semana de setembro (leia matéria sobre o plebiscito na página 4).



Reunião do CR de 3/8 toma posição sobre Plebiscito

Na mesma reunião houve uma longa discussão sobre a atuação da CERT na Universidade. Muitos representantes fizeram relatos de arbitrariedades e injustiças cometidas pela

CERT em suas unidades. Em particular, o tratamento dado por essa comissão a quatro colegas do Instituto de Geociências causou indignação e foi considerado uma agressão não apenas a estes docentes, mas a toda a comunidade da USP.

Seguindo orientação do CR, a Adusp reagirá com

firmeza através de ações políticas e de medidas jurídicas cabíveis para impedir que a Cert continue atuando de forma autoritária e ilegítima.

### Campanha Salarial 2000

#### Cruesp encaminha Ata para avaliação do Fórum

O Fórum das Seis recebeu, via fax, em 27 de julho a proposta de Ata da reunião entre o Cruesp e o Fórum das Seis ocorrida em 6/7/2000. O documento será avaliado na próxima reunião do Fórum em 4 de agosto.

#### Covas veta possibilidade de verba suplementar para universidades

O governador Mário Covas vetou a emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que prevê suplementação orçamentária das universidades estaduais paulistas.

A emenda tinha sido aprovada na Assembléia Legislativa no final de junho. O objetivo da emenda é auxiliar as universidades nos gastos com hospitais universitários, precatórios e aposentadorias.

Durante a sessão de votação da LDO, o bloco parlamentar que articulou o conjunto de emendas (que terminou sendo aprovado) se comprometeu a derrubar qualquer eventual veto do governador. Estaremos cobrando daqueles deputados seu compromisso anterior com o Fórum da Seis.

#### Reunião com o Cruesp

A Comissão Conjunta de Acompanhamento de Arrecadação do ICMS reúne-se no dia 7 de agosto às 15 horas na USP. Será a primeira reunião dessa comissão que deve analisar do ponto de vista técnico a arrecadação e rever as metodologias das planilhas de acompanhamento, além de outras tarefas.

Os representantes da Adusp nessa comissão são os professores Francisco Miraglia e Américo Kerr.

### Você faz diferença!

A Adusp está em campanha por novos sócios. Uma carta foi enviada aos não sócios constantes do nosso banco de dados contando um pouco da história da Adusp e convidando o colega para também se integrar à nossa associação.

A Adusp é uma das primeiras associações docentes fundadas no país e tem se caracterizado pela defesa dos interesses gerais e específicos dos docentes da USP. A luta pela melhoria de qualidade da universidade pública e gratuita tem sido uma de suas atividades mais constantes.

Os Boletins e Informativos são distribuídos a todos os docentes porém a Revista, os serviços de Informática e Jurídico são exclusivos dos associados. A Diretoria e o Conselho de Representantes são, junto com a Assembléia Geral, os órgãos responsáveis pelas atividades da entidade. A Adusp mantém atualmente subseções em Ribeirão Preto, Pirassununga e São Carlos (em fase de reestruturação).

As receitas da Adusp provêm exclusivamente das mensalidades dos associados (1% do salário base) e mantêm as atividades e campanhas aprovadas nas suas instâncias. Nenhum diretor ou membro do Conselho de Representantes é remunerado.

Se você ainda não é sócio e acha importante participar e colaborar com a entidade representativa dos docentes da USP, venha se integrar à Adusp. Você faz diferença!

# Rumo ao IV Congresso da USP

**D**ia 2 de agosto foi realizada a quarta reunião da Comissão Organizadora do IV Congresso da USP, com representantes das três entidades, DCE, Sintusp e Adusp. As resoluções foram as seguintes:

1- O primeiro jornal do IV Congresso deverá ser editado e estar circulando entre a terceira e quarta semana do presente mês. Ele conterà, além de um breve editorial, as normas do concurso para a escolha do logotipo do IV Congresso, um histórico dos três congressos anteriores descrevendo o momento político em que aconteceram, um relato de um representante da bancada docente no CO que participou ativa-

mente da discussão e elaboração do atual estatuto da USP em 1983-1984 e um glossário sobre a USP, descrevendo a organização hierárquica da universidade;

2- O lançamento formal do IV Congresso será realizado no dia 20 de setembro, às 18 horas, no Anfiteatro das Convenções. Haverá, além da abertura, a apresentação do logotipo escolhido com a premiação de seu autor. Também será realizado o primeiro debate geral, cujo tema será "Universidade Democrática e Crítica *versus* Universidade Produtivista";

3- Os temas gerais para os debates preparatórios do IV Congresso serão: a) a Universidade que queremos: crítica

ou produtivista, b) avaliando o ensino, a pesquisa, a extensão e o trabalho, c) democratizando o funcionamento da universidade e d) repensando o financiamento da Universidade;

4- Haverá uma reunião aberta para discussão do direcionamento político do IV Congresso no dia 25 de agosto, sexta-feira, com início às 14:00, na Adusp.



Daniel Garcia

Ato de lançamento do IV Congresso da USP

5- A próxima reunião da comissão organizadora do IV Congresso será no dia 16 de agosto, quarta-feira, às 18:00, na Adusp.

## A campanha salarial e as finanças da Adusp

A possibilidade de intervenção da Adusp sobre a conjuntura difícil que se apresentou em várias ocasiões durante a Campanha Salarial de 2000 dependeu, ao lado da mobilização intensa dos três segmentos da Universidade, também da sua sólida situação financeira. O Fundo de Reserva Estatutário, que só pode ser empregado por decisão da Assembléia (e/ou do CR), apesar de utilizado com a máxima parcimônia, sofreu baixa notável. Destacamos abaixo, dentro dos balancetes resumidos que usualmente apresentamos, os gastos específicos com matérias pagas em jornais (*Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo* e *Diário Popular*), em três ocasiões, e em anúncios no rádio (Eldorado e CBN), em vários dias. Esta foi, de longe, a parcela mais vultosa dos gastos com a Campanha; as demais despesas, nos meses de abril a junho, que envolveram infra-estrutura nas "aulas na greve", fotos para informativos, deslocamentos para atos, balões, viseiras, festa, etc., estão reunidas no outro sub-item do detalhamento de

despesas. Devido às datas de vencimento de aplicações financeiras, algumas despesas foram retiradas de outros fundos (item 3.2.) e serão oportu-

namente ressarcidas pelo fundo de reserva estatutário. Por fim, é necessário salientar que o item salários e encargos inclui, em maio e junho, quantias

destinadas às horas-extras dos funcionários da Adusp, cujo empenho excepcional durante toda a greve queremos aqui registrar.

### Resumo do Relatório da Tesouraria - 2º trimestre de 2000

	Abril	Maio	Junho
<b>1. Receitas</b>			
1.1.1. Contribuição Sócios	R\$ 79.994,92	85.440,96	85.427,66
1.1.2. Repasse Andes-SN	R\$ 16.039,04	15.998,98	17.088,19
1.1.3. Outros Repasses	R\$ 546,00	546,00	546,00
<b>Contribuição Líquida</b>	<b>R\$ 63.409,88</b>	<b>68.895,98</b>	<b>67.793,47</b>
1.2. Rendimentos Fundo de Reserva Estatutário	R\$ 17.668,82	10.052,42	17.323,64
1.3. Rendimentos Outras Aplicações	R\$ 3.275,24	1.560,33	2.019,36
1.4. Outras receitas variáveis	R\$ 3.126,87	3.211,12	4.148,22
<b>Total de Receitas</b>	<b>R\$ 87.480,81</b>	<b>83.719,85</b>	<b>91.284,69</b>
<b>2. Despesas</b>			
2.1. Pessoal/Encargos Sociais/13º/Férias *	R\$ 35.553,96	47.828,18	69.132,83
2.2. Assessorias	R\$ 5.108,00	5.856,75	5.304,40
2.3. Comunicação	R\$ 27.678,87	7.597,22	3.725,18
2.3.1. Campanha Salarial: jornais e rádios	R\$ 76.603,50	31.198,50	120.489,48
2.3.2. Campanha Salarial: outros	R\$ 2.253,00	40.236,91	63.242,39
2.4. Eventos/Empréstimos/Doações a entidades	R\$ 6.074,92	5.216,89	4.454,75
2.5. Infra-estrutura e manutenção da Sede	R\$ 4.935,19	9.878,93	9.043,81
2.6. Taxas e Tarifas Bancárias	R\$ 354,05	933,15	1.423,29
2.7. Outros	R\$ 6.953,81	2.011,20	1.713,52
<b>Total de Despesas</b>	<b>R\$ 165.515,30</b>	<b>150.757,73</b>	<b>278.529,65</b>
<b>3. Ativo Financeiro</b>			
3.1. Fundo de Reserva Estatutário **	R\$ 1.039.551,56	1.095.054,58	889.576,69
3.2. Outras Aplicações	R\$ 175.968,81	79.078,54	107.897,90
3.3. Conta-corrente	R\$ 38.575,13	13.081,89	1.333,18
3.4. Caixa Secretaria	R\$ 1.804,35	1.646,96	2.809,24
<b>Saldo Global do mês</b>	<b>R\$ 1.255.899,85</b>	<b>1.188.861,97</b>	<b>1.001.617,01</b>
<b>Saldo Global do mês anterior</b>	<b>R\$ 1.333.934,34</b>	<b>1.255.899,85</b>	<b>1.188.861,97</b>

\* Nos meses de maio e junho estão incluídas horas-extras motivadas pela campanha salarial.

\*\* Ainda não houve retirada de todas as despesas relativas à campanha salarial.

# CERT e avaliação: um projeto simplista, de conseqüências graves

**S**omos todos docentes e, portanto, educadores. Mesmo que não sejamos especialistas na área de Avaliação, sabemos por intuição ou experiências prévias, do efeito norteador que a atividade de avaliação produz sobre o comportamento humano, em particular na aprendizagem.

Uma avaliação incondizente com as metas que nos propomos, e eis que todo projeto educacional soçobra. Neste contexto, é válido indagar quantos de nós admitiríamos que a avaliação dos nossos alunos, nas disciplinas que ministramos, fosse feita através da simples con-

tagem de trabalhos entregues, executada por uma comissão composta por um número reduzido de membros nomeados diretamente pelo diretor?! A analogia com a avaliação proposta pela Cert (Comissão Especial de Regimes de Trabalho) não é mera coincidência.

Argumentarão alguns que, no caso da Cert, não são trabalhos quaisquer que são contabilizados, mas publicações que passaram pelo crivo de um corpo editorial de revistas com índice de impacto. Pois bem, imaginem que os trabalhos de seus alunos, antes de serem contados, tivessem sido corrigidos por

uma equipe de outra disciplina que não está a par de suas metas educacionais e não conhece os alunos. Qual seria a conseqüência de tal prática de avaliação?

A Cert divulgou no início do ano dois documentos intitulados "Diretrizes da Avaliação das Atividades Docentes" e "Normas Básicas Internas da Cert". Embora não tenham sido aprovados em nenhuma instância da universidade eles constituem o acervo de publicações que podem nos dar uma idéia do norte sob o qual a Cert vem atuando.

Se, no lado do discurso, salientam a necessidade da reflexão e da crítica, nas propostas de avaliação transparecem sempre indicadores numéricos, nitidamente insuficientes para esta avaliação. Fica claro que sempre é o docente individual o foco da avaliação e com critérios quantificáveis, e às vezes inadequados, para cada esfera de atuação. Os indicadores quantitativos priorizam a publicação de artigos em periódicos internacionais, com índice de impacto conhecido pela indexação junto ao ISI e parecem julgar com parâmetros semelhantes áreas tão distintas quanto Enfermagem, Química Experimental, Fisiologia, Física do Estado Sólido e Fundamentos de Matemática, sem falar de Engenharia de Barragens, Engenharia Florestal, Astronomia, etc. Será que o mais interessante para a universidade é que todas estas áreas publiquem x artigos no exterior, a intervalos regulares? Será que o confronto numérico deve ser com as universidades de língua inglesa das quais a USP adquiriu recentemente um banco de dados? Quais as condições de trabalho, qual a remuneração e qual a facilidade de publicação nessas universida-

des? São parecidas com as nossas? A situação se torna ainda mais grave quando se enfoca superficialmente critérios quantitativos para as humanidades e artes.

Um projeto de avaliação com estes vieses, implantado para ser aplicado de forma regular e centralizada a todos os docentes da USP (cerca de 4.700), só poderia ser quantitativo e tão simples que talvez bastasse um programa de computador para executá-lo. Esses critérios poderiam ser adequados para trabalhos de rotina, nunca para o trabalho intelectual inovador.

Como o corpo docente enfrentará essa forma de avaliação? Qual o futuro da Universidade, construída com o esforço, dedicação e abnegação de tantos? Uma fábrica de "papers"? Onde estará a reflexão contextualizada e a contribuição crítica para o nosso país? A pesquisa, o trabalho intelectual realmente inovador, também no ensino e na extensão, não podem ser enquadrados por mentes estreitas com moldes pré-fixados, da forma como aparentemente se tenta fazer.

Avaliação é assunto sério demais para ser deixado nas mãos dos treze docentes reunidos na Cert. Essa comissão, assessora do Reitor, tem em várias ocasiões extrapolado suas atribuições. O Estatuto da Universidade é mais sábio ao deixar a avaliação docente à competência dos Departamentos. Estes sim, poderiam ser chamados a construir seus planos de metas, suficientemente abertos para permitir o florescimento de novas abordagens, que surgem tão comumente em pesquisa e ensino. Cabe aos docentes interferir em seus departamentos buscando aprofundar a reflexão acerca da avaliação e do papel da universidade pública em nosso país.

## Edital de convocação para eleição do CR

Nos termos do Regimento Geral e das Normas das Eleições, ficam convocados os sócios da Adusp-S.Sind. para a eleição de membros do Conselho de Representantes (CR), mandato até maio de 2002, a ser realizada nas dependências da USP, no período de 28 de agosto a 1º de setembro de 2000, das 9h às 21h. As inscrições dos candidatos a membros do CR deverão ser efetuadas na sede da Adusp, sita à Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, nº 374 - Prédio Antigo da Reitoria, até as 18h do dia 24 de agosto de 2000.

São Paulo, 27 de julho de 2000  
Prof. Marcos Nascimento Magalhães  
Presidente da Adusp-S.Sind.

### Unidades que deverão eleger representantes:

Escola de Comunicações e Artes, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Faculdade de Ciências Farmacêuticas (suplente), Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, Faculdade de Direito, Faculdade de Economia e Administração, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (titular), Faculdade de Odontologia, Faculdade de Odontologia de Baurú, Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, Faculdade de Saúde Pública, Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (suplente), Instituto Astronômico e Geofísico, Instituto de Ciências Matemáticas de São Carlos, Instituto de Estudos Brasileiros, Instituto de Física de São Carlos, Instituto de Química de São Carlos, Museu de Arte Contemporânea, Museu de Zoologia, Museu Paulista.

# Importância do Plebiscito sobre a Dívida

Um Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa será realizado nos dias 2 a 7 de setembro. Serão consultados “cidadãos e cidadãos brasileiros, jovens e adultos, através do voto, para que manifestem sua opinião em relação ao acordo com o FMI e à situação da dívida externa e interna do Brasil”, como informam as entidades envolvidas na preparação do evento.

O Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa integra a “Campanha Jubileu 2000 Por um Milênio Sem Dívida” e é organizado pela CNBB com o concurso de diversas outras instituições, como CUT, CMP, MST, IAB, partidos políticos etc.

A idéia de organizar um plebiscito, capaz de suscitar um amplo debate e ouvir setores ponderáveis da população, consolidou-se após a realização do Tribunal da Dívida, em 1999, no Rio de Janeiro.

O plebiscito nacional está de acordo com as dimensões do problema: no Brasil, o setor público deve mais de 516 bilhões de reais. A maior parte desse gigantesco débito cabe à União: 432 bilhões de reais.

Se falarmos especificamente da dívida externa, pública e privada, ela chegou a US\$ 240 bilhões em 1999, segundo a revista *Conjuntura Econômica*, da FGV. Esse valor equivale a seis vezes as reservas em dólares do Banco Central (que eram de US\$ 38 bilhões em março de 2000).

## Interminável

A dívida é, literalmente, impagável. Entre 1982 e 1999, ela cresceu US\$ 158 bilhões. Levando-se em conta somente o primeiro mandato de FHC, a dívida cresceu US\$ 99 bilhões, embora o Brasil tenha desembolsado, nesse mesmo período, nada menos do que US\$ 128 bilhões, entre juros e amortização do principal!

Essa sangria de capitais tem agravado a desigualdade

social no país. Grande parte da riqueza produzida no país é transferida para o exterior ou apropriada pelo sistema financeiro privado nacional.

“Como o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo em termos sociais, ao mesmo tempo em que é uma das principais economias mundiais, fica claro que a elite brasileira é co-beneficiária do processo de transferência da riqueza”, diz o livro *O Brasil Endividado*, de Reinaldo Gonçalves e Valter Pomar (Fundação Perseu Abramo, 2000).

“A transferência de riqueza para o exterior e a concentração interna de riqueza são faces distintas do mesmo fenômeno. Aliás, nossas elites guardam fora do país um montante substancial de suas riquezas”.

## Distorções

A necessidade do governo de transferir imensos volumes de recursos para o pagamento da dívida externa explica os sucessivos cortes nos gastos com saúde, saneamento público, educação, ciência e tecnologia, aposentadorias, desenvolvimento humano etc.

Exemplo disso é que o governo negou-se a reajustar o salário mínimo para 176 reais, alegando que isso provocaria um “rombo” de 2 bilhões de reais nas despesas do INSS em 2000.

Ora, a montanha de dinheiro transferida para o exterior no primeiro mandato de FHC, US\$ 128 bilhões ou R\$ 240 bilhões aproximadamente, equivale a 120 “rombos” como esse.

O orçamento das universidades estaduais paulistas para o ano inteiro de 2000 é de 2 bilhões de reais, menos de 1% daquele total. Pior ainda é a situação das 53 universidades federais, quando se faz a comparação com o mesmo montante: receberam o equivalente a pouco mais de 2% da massa de dólares enviada para os bancos credores do Brasil.

## 1. Dívida externa total do Brasil, por prazo (US\$ milhões)

Ano	Dívida total	Médio e longo prazo	Curto prazo
1979	55.803	49.904	5.899
1980	64.245	53.848	10.397
1981	73.963	61.411	12.552
1982	85.304	70.198	15.106
1983	93.556	81.319	12.237
1984	102.040	91.091	10.949
1985	105.171	95.857	9.314
1986	111.203	101.759	9.444
1987	121.188	107.514	13.674
1988	113.511	102.555	10.956
1989	115.506	99.285	16.221
1990	123.439	96.546	26.893
1991	123.910	92.996	30.914
1992	135.949	110.835	25.114
1993	145.726	114.270	31.456
1994	148.295	119.668	28.627
1995	159.256	129.313	29.943
1996	179.935	142.148	37.787
1997	199.998	163.283	36.715
1998	234.694	210.659	24.035
1999	241.200	212.600	28.600

## 2. Amortização do principal e pagamento de juros da dívida externa brasileira (US\$ bilhões)

Ano	Amortizações*	Juros líquidos	Total
1994	50,4	6,3	56,7
1995	11,0	8,2	19,2
1996	14,3	9,8	24,1
1997	28,7	10,4	39,1
1998	33,6	11,9	45,5
1999	51,9	15,2	67,1

\*pagas e refinanciadas

Fonte: *Conjuntura Econômica* e Banco Central

## “Austeridade”

As comparações dão uma idéia do que FHC faz, e a maior parte dos governos anteriores fizeram, para cumprir os acordos com o FMI: o dinheiro pago à agiotagem internacional é o mesmo que deixa de ser investido no desenvolvimento social do país, a pretexto da “austeridade fiscal” e do “saneamento das contas públicas”.

A fome e a miséria de milhões de seres humanos, a penúria do ensino público em todos os níveis, o colapso do sistema de saúde são jus-

tificados por uma política de “contenção de despesas” que não é aplicada quando se trata de pagar a dívida externa.

A austeridade para com os pobres decorre precisamente, em grande medida, da prodigalidade para com o sistema financeiro internacional.

Em vista de tais considerações, e avaliando que o atual modelo é extremamente perverso para o país, o CR decidiu na reunião de 3 de agosto que a Adusp deverá juntar-se à organização do Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa.